



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Segurança Pública

UNIDADE: Polícia Militar do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Processos disciplinares. Hipótese legal de sigilo temporário de procedimento sancionatório. Possibilidade de consulta direta aos expedientes. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 290/2017

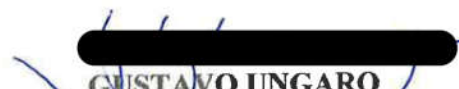
1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Polícia Militar para acesso a:
(i) cópia de processos abertos pela Corregedoria do órgão; (ii) planilha com relação de processos e indicação de seu andamento; e (iii) decisões tomadas nos processos encerrados, de 2016 até o momento.
2. Em resposta, o ente informou que o pedido era genérico e exigiria trabalhos adicionais, mantendo a resposta em recurso. Inconformado, o solicitante interpôs o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Cuida-se, aqui, da análise quanto à possibilidade de acesso a processos administrativos sancionatórios. Anoto que o direito de acesso à informação, constitucionalmente assegurado pelo artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição da República, apenas pode ser restringido mediante previsão legal, não sendo autorizada a criação de novas hipóteses excepcionais de sigilo por ato discricionário da autoridade pública. É o que se depreende da sistemática da Lei de Acesso à Informação, em especial de seu artigo 22, ao admitir a possibilidade de outras “hipóteses legais de sigilo”. Assim, importa verificar se a restrição de acesso invocada encontra respaldo em dispositivo legal específico capaz de excepcionar a regra geral da publicidade.
4. Analisando-se o caso aqui colacionado, planilha contendo os processos existentes ou seu andamento deve se submeter à regra geral da publicidade, por se tratar de dado meramente quantitativo, incapaz de identificar os envolvidos nos referidos processos.
5. No que tange à exceção da publicidade do presente caso, toma-se por fundamento o sigilo dos processos administrativos disciplinares, conforme a possibilidade aberta pelo artigo 22 da Lei de Acesso a Informação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. A legislação vigente conduz à impossibilidade temporária de divulgação de procedimentos sancionatórios no âmbito estadual, somente até sua decisão final, conforme se extrai do artigo 64 da Lei Estadual de Processo Administrativo (Lei nº 10.177/98): *“O procedimento sancionatório será sigiloso até decisão final, salvo em relação ao acusado, seu procurador ou terceiro que demonstre legítimo interesse”*. Há que se dizer, portanto, que o sigilo legal em relação aos processos disciplinares possui caráter restrito e temporário, sendo o acesso aos autos autorizado tão logo estejam os mesmos concluídos.
7. Quanto a trabalhos adicionais e desarrazoados, basta facultar consulta *in loco* pelo interessado, disponibilizando meios para o demandante realizar, diretamente, pesquisa junto aos expedientes pertinentes, para a obtenção das informações a que pretende ter acesso, conforme previsão do artigo 11, §1º, inciso I, e 3º, da Lei nº 12.527/2011, comunicando-se local e modo para tanto, de forma a atender à sistemática da Lei de Acesso à Informação.
8. Assim, de rigor a concessão do acesso mediante consulta aos processos já findos, bem como em relação aos dados estatísticos disponíveis, com vistas ao atendimento da solicitação efetuada no exercício do direito de acesso a informações estatais, atentando para a assinatura de Termo de Responsabilidade, justificativa e comprovação de identidade do solicitante caso existam informações pessoais afetas à honra, imagem, intimidade e vida privada em meio aos expedientes finalizados.
9. Assim, considerando que a legislação estadual considera temporariamente sigilosos os processos administrativos sancionatórios até sua decisão final, não havendo exceção para o dever de transparência em relação a processos disciplinares já encerrados e para as estatísticas relacionadas ao tema, **conheço do recurso**, e, no mérito, **dou-lhe provimento**, anotada a excepcional hipótese de restrição de acesso dos processos disciplinares ainda em andamento, com fundamento nos artigos 11, §1º, inciso I, §3º, e 22 da Lei Federal nº 12.527/2011, c.c. artigo 64, da Lei Estadual nº 10.177/98, descaracterizadas as hipóteses previstas no artigo 20 do Decreto Estadual 58.052/2012.
10. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 7 de dezembro de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO